

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.219 - SP (2020/0007790-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CLEUBER GILSON BUENO
ADVOGADO : PAULO LOPES DE ORNELLAS - SP103484
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARISA MITIYO NAKAYAMA LEON ANIBAL E OUTRO(S) - SP279152

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CLEUBER GILSON BUENO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO DEMANDA ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - DESFAZIMENTO DA APLICAÇÃO DE PENA DE DEMISSÃO A INVESTIGADOR DE POLÍCIA COM A REINTEGRAÇÃO NO CARGO - REFUTAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO - INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA - INFRAÇÕES DISCIPLINARES INSCULPIDAS NA LEI DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL - PRECEDENTE DO C ÓRGÃO ESPECIAL DESTA E TRIBUNAL - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR AMPARADO PELAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER NO ATO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR IMPUGNADO SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no que concerne à prescrição da pretensão punitiva estatal, traz os seguintes argumentos:

No presente caso, a ocorrência dos fatos deu-se em 24/09/2003, aperfeiçoando-se o quinquênio no dia 24/09/2008, destarte sustentou o recorrente que seria possível dizer que quando o processo disciplinar foi instaurado, em 30/03/2009, todas as transgressões disciplinares puramente administrativas estavam prescritas, persistindo apenas aquelas que concorressem com o ilícito penal, as quais somente poderiam alcançar a punição administrativa, se animadas por sentença penal condenatória.

[...]

Poreja indene de dúvidas a tese de que a absolvição superveniente não é capaz de ensejar a prescrição da pretensão punitiva estatal, mantendo-se os efeitos da punição administrativa mesmo em caso de

absolvição criminal no processo correlato, se superveniente.

[...]

Emana de tal fundamentação que a absolvição criminal permite afastar a regulação da prescrição da pretensão punitiva pela Lei Penal, assim, se absolvido for o agente acusado do cometimento de transgressão disciplinar concorrente com crime, a regra de prescrição administrativa é a única aplicável. Em sendo assim, tendo o lapso temporal de cinco anos se aperfeiçoado antes da instauração do processo disciplinar, anulável se tornou a o, o punição por força da absolvição criminal. (fls. 3662/3665)

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 2º, VI, da Lei n. 9.784/99, no que concerne à regularidade do processo administrativo, trazendo os seguintes argumentos:

Não há correlação lógica entre o objeto do PAD e a motivação do ato punitivo.

O v. acórdão absolutório espancou cada uma das fundamentações utilizadas pelo MM. Juízo de primeiro grau, para condenar o recorrente pelo delito de tráfico de entorpecentes, assim, tal absolvição também serve para esvaziar a motivação empregada para a aplicação da penalidade administrativa, uma vez que está evidente que a motivação da penalidade administrativa lastreou-se na fundamentação criminal monocrática. (fl. 3670)

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, no mesmo sentido, pela alínea "c" do permissivo constitucional, também incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Quanto à segunda controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

Infere-se, portanto, que a decisão administrativa do Chefe do Executivo, exarada com base nos fundamentos constantes do pronunciamento do Exmo. Secretário de Segurança Pública e do parecer da Assessoria Jurídica do Governo supra destacados, apresentou devida motivação ao valorar negativamente os fatos imputados ao servidor, não havendo se falar em ilegalidade manifesta quanto à pena de demissão aplicada (fl. 3647).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente